



CÂMARA MUNICIPAL DE GÁLIA

CÂMARA MUNICIPAL DE GÁLIA/SP

PARECER JURÍDICO

DE LAVRA DA DIRETORIA JURÍDICA

CÂMARA MUNICIPAL DE GÁLIA
www.camaragalia.sp.gov.br



Protocolo N.º 2574
23/12/2019 10:24:44

DEBORA ALMASAN PIRES

Trata-se de parecer jurídico solicitado pelo Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal da cidade de Gália/SP, Vereadora Andréa Cristina Pepinelle, relativo aos Projetos de Leis n.º 052/2019 e 053/2019, ambos de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal de Gália/SP, nas quais, dispõem respectivamente sobre a abertura de crédito no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), com objetivo de se adquirir um imóvel a ser utilizado para abrigamento de menores, com características residencial e localização próxima ao acesso aos serviços de saúde e educação, bem como autorizar o Poder Executivo Municipal a efetuar a desapropriação amigável do imóvel urbano, constante da Matrícula n.º 3.152, que será utilizado para abrigamento de menores, com características residencial e localização próxima ao acesso aos serviços de saúde e educação e, já fora usado anteriormente para esse fim.

PARECER:

Pois bem, de antemão é preciso dizer que nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Gália/SP, o Poder Legislativo Municipal encontra-se em período de RECESSO desde o dia 15 de dezembro p.p., eis que assim dispõe o artigo citado:

REGIMENTO INTERNO DA CMG/SP

Art. 141 – Serão considerados como recesso legislativo os períodos compreendidos entre o dia 15 de dezembro e 1.º de fevereiro, e entre 1.º e 31 de julho de cada ano.

Que observado as proposições em foco nota-se que ambas foram protocoladas junto à Secretaria desta Casa de Leis em data de 20 de dezembro p.p., respectivamente às 10h37min (PL 052/2019), e 10h39min (PL 053/2019), ou seja, já no curso do recesso legislativo, sendo que em seus bojos o Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicita a realização de SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS para as suas apreciações por parte do Plenário dessa r. Casa de Leis.



CÂMARA MUNICIPAL DE GÁLIA

Oras, a Lei Orgânica do Município de Gália/SP, legislação esta hierarquicamente superior em relação as demais normas municipais, dispõe em seu art. 13, § 5.º, que no período de recesso, a Câmara somente poderá ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito ou pela maioria dos vereadores, em caso de urgência ou de interesse público relevante, devidamente justificado; vejamos:

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GÁLIA/SP

Art. 13 - A Câmara reunir-se-á em Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Secretas, Itinerantes e de Instalação de Legislatura, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

[...]

§ 5º - No período de recesso, a Câmara somente poderá ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito ou pela maioria dos vereadores, em caso de urgência ou de interesse público relevante, devidamente justificado.

Que no caso em apreço não se vislumbra a devida **JUSTIFICATIVA** para ser convocada Sessão extraordinária durante o recesso legislativo, já que nas exposições de motivos das proposições, estas se limitam a dizer que o objetivo mor é a aquisição de um imóvel a ser utilizado para abrigamento de menores, sendo que tal imóvel, em outras circunstâncias, já fôra usado anteriormente para esse fim, o que leva a crer que a apreciação dos aludidos Projetos de Leis podem aguardar o término do período de recesso legislativo; esclareça-se que a **JUSTIFICATIVA** para a convocação de Sessão Extraordinária no período de recesso legislativo é um critério objetivo previsto em lei, logo não é uma mera liberalidade da Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gália/SP.

Não obstante isso, caso a Exma. Sra. Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gália/SP entenda que na exposição de motivos dos Projetos de Leis n.º 052/2019 e 053/2019 se mostre presente a devida **JUSTIFICATIVA** prevista no art. 13, § 5.º, da Lei Orgânica do Município de Gália/SP, e opte em convocar a discutida Sessão Extraordinária, há que ser observado o disposto no art. 180, § 4.º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Gália/SP, onde por sua vez diz que a convocação de Sessão Extraordinária durante o recesso faz com que seja dispensada todas as formalidades regimentais, SALVO a emissão de Pareceres das Comissões Permanentes, que deverão se reunirem no prazo improrrogável de 48 horas; analisemos:



CÂMARA MUNICIPAL DE GÁLIA

REGIMENTO INTERNO DA CMG/SP

Art. 180 – [...]

[...]

§ 4.º - A convocação extraordinária da Câmara implicará a imediata inclusão do projeto constante da convocação na ordem do dia, dispensada todas as formalidades regimentais anteriores, salvo a de parecer das comissões permanentes, que deverão se reunir no prazo improrrogável de 48 horas para apreciação da matéria.

CONCLUSÃO:

Assim, diante dos fatos e fundamentos supra citados conclui-se o seguinte:

a-) os Projetos de Leis n.º 052/2019 e 053/2019 carecer de JUSTIFICATIVA pra ser apreciados durante o recesso legislativo nos termos do art. 13, § 5.º, da Lei Orgânica do Município de Gália/SP, porém, nada obsta que o Exmo. Sr. Prefeito do Município de Gália/SP encaminhe à essa r. Casa de Leis a\ devida justificativa com objetivo de sanar essa omissão;

b-) senão, caso a Exma. Sra. Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gália/SP entenda que na exposição de motivos dos Projetos de Leis n.º 052/2019 e 053/2019 se mostre presente a devida JUSTIFICATIVA prevista no art. 13, § 5.º, da Lei Orgânica do Município de Gália/SP, e opte em convocar a discutida Sessão Extraordinária, há que ser observado o disposto no art. 180, § 4.º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Gália/SP.

Esse é meu parecer s.m.j.

Câmara Municipal de Gália/SP, em 23.12.2019.

João Sardi Junior
RG: 23.603.302-5 SSP-SP
Diretor Jurídico
OAB-SP 198742